

O FIM DO CONSÓRCIO NO PODER EM SANTA CATARINA E AS PERSPECTIVAS PARA O GOVERNO DE CARLOS MOISÉS DA SILVA

*Daniel da Cunda Corrêa da Silva**

*Maurício Mulinari***

Resumo: A eleição de Carlos Moisés da Silva representa uma alteração no consórcio de poder político em Santa Catarina. Depois de um pacto estabelecido desde 2002, com MDB, PSD e PSDB no comando da política catarinense, a crise brasileira produziu alterações profundas no comando do sistema político, alçando ao poder um desconhecido para a esmagadora maioria da população, mas que encarnou um desejo de mudança assimilado por boa parte dos cidadãos do estado. Desde 2012, inúmeras iniciativas foram tentadas pelo consórcio no poder para postergar sua vitalidade, mas seu prazo de validade havia expirado. Estima-se, neste texto, que a correlação de forças atualmente em Santa Catarina joga água no moinho de uma saída mais radicalizada à direita, da qual Moisés, mesmo que não pareça orgânico, fará parte como instrumento de manutenção de prestígio e poder junto ao sistema político. Longe de representar qualquer tipo de inovação substancial, Moisés padecerá do desafio de tentar articular sua sobrevivência em meio à intensificação da crise brasileira, derivada das políticas ultraliberais de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro. Aos estados federados, caberá a condição de estender os ataques ao serviço público e à população em geral, sempre em favor dos capitalistas catarinenses.

Palavras-chave: Política catarinense; consórcio no poder; dívida pública; crise; privatizações.

THE END OF THE CONSORTIUM OF POLITICAL POWER IN SANTA CATARINA AND THE PERSPECTIVES FOR CARLOS MOISES DA SILVA'S GOVERNMENT

Abstract: The election of Carlos Moises da Silva represents a change without consortium of political power in Santa Catarina. After a fixed pact since 2002, with MDB, PSD and PSDB no command of the Santa Catarina policy, a Brazilian crisis has produced deep in the command of the political system, raising to the power a stranger for the majority of people of the population, but that incarnated a desire of Assimilated by the citizens of the state. Since 2012, initiatives have been tried by the consortium without power to postpone its vitality, but its expiration date had expired. It is estimated, in this text, that the trawl aureola in Santa Catarina throws away the water of a more radicalized mill on the right. political system. Apart from the quality of any substantial type, the challenge of articular growth may be a strategy to intensify the Brazilian crisis, derived from the ultraliberal policies of Paulo Guedes and Jair Bolsonaro. The federated states, fit to the condition of the probing the apetent to public public and the population in general, always at the Santa Catarina capitalists.

* Economista e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor do curso de Relações Internacionais da Univali. E-mail: danicorreadasilva@gmail.com.

** Economista do DIEESE e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: mauriciomulinari@hotmail.com.

Keywords: Politics of Santa Catarina, consortium in power, public debt, crisis, privatizations.

INTRODUÇÃO

Carlos Moisés da Silva foi eleito governador de Santa Catarina em 2018 com aproximadamente 67% dos votos em segundo turno. O estado garantiu a Jair Bolsonaro praticamente o mesmo percentual nas eleições presidenciais. Este resultado das urnas foi uma vitória do radicalismo de direita antissistema no Brasil. Os principais partidos da ordem, datados do processo de redemocratização, perderam significativo espaço no mapa eleitoral brasileiro. Em Santa Catarina, a expressão deste fenômeno se deu na dissolução da chamada “tríplice aliança”, versão regional da ordem até então dominante com PSDB, (P)MDB e PSD(DEM), partidos que comandaram a política catarinense desde 2002.

O resultado eleitoral de 2018 no Brasil guarda semelhança com o que aconteceu na chamada “onda Lula” de 2002. O desgaste profundo com os governos tucanos fez de Lula a alternativa, fazendo com que o petista obtivesse 46% do total de votos da população (mesma de Bolsonaro no primeiro turno) e elegendo o maior número de deputados, senadores e governadores da história do PT. Em Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (LHS) foi o portador deste discurso de ruptura, associando-se à onda petista e destacando a necessidade de “descentralizar” a administração pública pelo Estado mediante o modelo de Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs).

O processo inaugurado em 2002 dá seus sinais de desgaste a partir de 2012, ano em que o vigor do orçamento federal já não é mais capaz de suportar o consórcio político da tríplice aliança. Desde então são lançadas alternativas de créditos externos e o grau de endividamento do estado de Santa Catarina com a União já demonstra que não será possível manter o pacto por muito tempo. Nas eleições de 2014 é dado o último suspiro à manutenção do acordo, cuja fissura em função da crise só aumentava. A própria morte de Luiz Henrique, em 2015, contribuiu para acelerar o processo – não para desencadeá-lo, como muitos pensam.

Em 2019, o Comandante Moisés¹ assume o comando do Estado ocupando o espaço antes cativo da elite política tradicional, aproveitando-se do cenário de crise, a expectativa de mudança e a onda bolsonarista que arrebatou os votos Brasil afora. O

¹ Nome com o qual se candidatou ao Governo nas eleições de 2018, convenientemente adotado na medida em que o ex-capitão do exército Jair Bolsonaro gozava de grande prestígio popular durante a campanha, o que veio a se concretizar numa acachapante vitória eleitoral.

discurso do Comandante é de modernização da máquina pública, eficiência na gestão e derrota da velha política. Na prática, Moisés administra um Estado em crise financeira e procura estabilizar-se no poder calibrando o que precisará mudar na estrutura do estado e o atendimento às camadas mais tradicionais da política catarinense, com as quais não almeja ruptura alguma. O objetivo deste artigo é elucidar as perspectivas para a administração de Moisés em seu mandato como governador do Estado. Tratar das condições que levaram à sua vitória e vislumbrar de que forma o atual mandatário de Santa Catarina lidará com a administração da crise econômica que assola o país por inteiro e não faz de Santa Catarina área imune a seus efeitos.

1. CONSTITUIÇÃO E ESFACELAMENTO DO CONSÓRCIO NO PODER EM SANTA CATARINA

Santa Catarina vive o ocaso de um longo ciclo político iniciado nas eleições estaduais de 2002. Naquele pleito, Luiz Henrique da Silveira (PMDB) vencia Esperidião Amin (PP), então candidato à reeleição. Após um primeiro turno onde Amin alcançava a liderança com significativa margem, o apoio de bastidor da então candidata eleita ao senado pelo PT e fiel escudeira de Lula, Ideli Salvatti, garantiria a virada de Luiz Henrique no segundo turno, já que grande parte dos votos destinados a José Fritsch (PT) no primeiro turno migraria para Luiz Henrique.

A vitória consolidava uma aliança histórica entre PMDB e PT no estado², adiantando inclusive a aliança Dilma/Temer no cenário nacional a partir de 2010. Mesmo que esta aliança nunca tenha se consolidado em termos eleitorais, o governador de Santa Catarina gozaria de deferência especial do então presidente Lula, defendendo a ideia de que a aliança com o PMDB era a melhor forma possível de combater a oligarquia Bornhausen, que se articulava em torno do antigo PFL. Na prática, o objetivo de Lula estava longe de ser nobre: mirava apenas os votos que a influência de Luiz Henrique dentro do PMDB poderia lhe garantir no parlamento nacional, administrando o presidencialismo de coalizão a nível federal.

Desde essa vitória inicial, eleição após eleição vem sendo ampliado o pacto de governabilidade em Santa Catarina. A eleição de Raimundo Colombo em 2010, com vice do PMDB na chapa, sacramentou a participação de praticamente todos os setores da classe dominante catarinense dentro do governo: como fiador da unidade entre os

² Sem grande expressão eleitoral nos cargos executivos do governo estadual, o PT aderiu ao modelo da tríplice aliança de modo não protagônico, mas também absolutamente não conflitivo.

setores, mediante a ofensiva ao caixa do Estado decorrente das generosas renúncias fiscais, o sistema da dívida pública e a compra de base parlamentar por meio de crédito subsidiado para obras pelo interior do Estado.

O Brasil e Santa Catarina adentravam os anos 2000 após a severa crise do final da década de 90, que aprofundava todos os dramas sociais trazidos pela liberalização da economia nacional. O estado de Santa Catarina, que até o início dos anos 80 ainda era caracterizado por forte presença industrial nas cidades e estrutura fundiária baseada na pequena e média propriedade rural, via o seu modelo implodir após a liberalização econômica promovida pelo Plano Real. O sistema de integração das agroindústrias no interior, implantado nos anos 70 com forte incentivo creditício da ditadura militar, obrigava a centralização da terra e expulsava os pequenos agricultores do campo. Ao chegarem nas cidades, a massa de desvalidos encontrava uma indústria em liquidação, incapaz de competir com os produtos importados, ou seja, o êxodo rural, o desemprego e a miséria urbana passavam a ser a crônica cotidiana. De 1970 a 1980, a taxa de crescimento da população do Oeste do Estado de SC caiu de 2,6 para 0,4%. Ao longo dos anos 80, houve inversão e a taxa passou a ser negativa. Ao longo dos anos 90, a população do interior do estado de SC reduziu-se a uma média de 2,4% ao ano. (SILVA; HEIDEN; AGUIAR; PAUL, 2003).

Para supostamente enfrentar este cenário, a primeira eleição de Luiz Henrique lançava o chamado “Plano 15”. A tônica era a ideia de que Luiz Henrique governaria “por toda Santa Catarina”, descentralizando a gestão e, através disso, desenvolvendo as regiões empobrecidas do interior. Assim, logo após as eleições, foram criadas 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) que, ao contrário de conter o processo de centralização da propriedade e empobrecimento da população, apenas garantiriam a hegemonia política de do então governador durante mais de uma década. Arranjos políticos, acomodação de interesses regionais, liberação de cabos eleitorais para articulação política permanente, as SDR passaram a ser peça chave da governabilidade catarinense, garantindo inclusive a criação da chamada “tríplice aliança” na primeira eleição de Raimundo Colombo em 2010³.

Dentro deste modelo se destacam os programas de renúncia fiscal para grandes empresas, dentro de um grande grupo de companhias que desfrutavam do Tratamento Tributário Diferenciado (TTD), tais como o Prodec – Programa de Desenvolvimento da

³ Consórcio no poder em Santa Catarina formado por PSDB, (P)MDB e PSD(DEM)

Empresa Catarinense, e o Pró-emprego. Ambos atuavam como elemento de estabilização da aliança entre as elites econômicas e políticas do estado. Tal política teve como um de seus grandes impactos a explosão das importações em Santa Catarina, em paralelo com a estruturação de 5 portos no litoral do Estado (4 só na porção Norte) e toda uma rede de empresas acessórias prestadoras de serviços. Este consórcio de poder, que turbinou os lucros das chamadas *trading companies* (empresas comerciais que operam no mercado internacional), das grandes indústrias, das agroindústrias monopolistas e das grandes redes de varejo, foi desde o começo arquitetado por figuras associadas a um perfil tecnicista, como Antônio Gavazzoni, Almir Gorges, Cleverson Siewert, Max Bornholdt, entre outros, que transitaram por diversas secretarias estratégicas ao longo de todos estes anos.

Desde então todos os governantes que passaram pela Casa d'Agrônoma trabalharam firmemente no propósito de fazer cumprir a LRF e honrar os compromissos com as dívidas perante a União. Se no início o PT se mostrou contra o Plano Real e suas implicações, todo o pacto costurado nas eleições de 2002 que aliançava PMDB e PT no segundo turno estadual teve como pano de fundo a guinada operada pelo partido de Lula, tendo como momento paradigmático a famosa Carta aos Brasileiros. Ao não haver mais diferenças estruturais entre campos que historicamente tinham se oposto, qualquer aliança se tornava possível, consolidando diante do povo o cumulativo e profundo desencanto com a política institucional.

Passada uma década de vigência da LRF e de funcionamento ininterrupto do sistema da dívida, o recém-eleito governador Raimundo Colombo percebe a deterioração das contas públicas de Santa Catarina e começa a se ver obrigado a questionar o acordo de 1998. Era o início do esfacelamento do consórcio no poder. O pleito é pela redução da taxa de juros com índice de correção que seja mais benéfico para os Estados.

Por meio de empréstimos e de um profundo endividamento que se acelerou desde a posse de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira em 2011, o governo contraiu novos contratos para viabilizar o pagamento de dívidas, compra de base parlamentar e, em alguns casos, promessas de investimentos em logística (que hoje se encontram parados). O caso mais recente deste endividamento ocorreu no famoso

“Pacto por Santa Catarina”⁴. Nele o estado recorreu a empréstimos internacionais para supostamente investir em um conjunto de obras de desenvolvimento.

Como o tema seguia em negociação na esfera federal e Santa Catarina já via sua condição financeira se deteriorar, o governo estadual buscou alternativa que possibilitasse a mitigação do endividamento com a União. Em dezembro de 2012, o Estado de Santa Catarina fez um empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (com garantia da União), no valor de U\$S 726,4 milhões. O empréstimo foi tomado com prazo total de pagamento em 10 anos, com pagamentos semestrais e taxas de juros de 4% ao ano mais variação cambial.

O discurso oficial era de folga no orçamento e contratação de crédito para a realização de investimentos e expansão da economia catarinense. Na prática, os recursos convertidos em reais totalizaram R\$ 1,47 bilhão. Deste montante, R\$ 1,38 bilhão foi destinado para a quitação de Resíduo (saldo em 30/11/2012), R\$ 19,6 milhões para o pagamento de juros e correção do Resíduo referente ao mês de dezembro (até o dia 27/12/2012), e os R\$ 77,5 milhões restantes serviram para amortização extraordinária do principal. Significa dizer que do total tomado emprestado, 93% se destinou a rolar a dívida pública. Por isso mesmo, os investimentos na qualidade de proporção à receita em SC caíram de 13 para 9% de 2014 a 2016.

Santa Catarina possuía em 1999 uma dívida contratada de pouco mais de R\$ 5,4 bilhões. Só entre 2010 e 2013, o superávit primário nas contas do estado foi de R\$ 3,8 bilhões. O total de pagamentos em juros e amortizações entre 1999 e 2018 foi de R\$ 15,2 bilhões aos seus credores – sobretudo à União. Ainda assim, a dívida líquida catarinense está em pouco mais de R\$ 9,8 bilhões. A partir disso pode-se perceber que a despeito do enorme esforço fiscal, tal como a dívida da União, a dívida de SC só se multiplicou.

O consórcio de poder catarinense sofre uma cisão a partir das eleições municipais de 2012, a primeira do recém-criado PSD, do ex-governador Colombo. Naquelas eleições, o partido do então governador fez quase 600 mil votos para vereador, anunciando forte poder eleitoral. Surgido como etapa superior do antigo PFL/Democratas, o novo partido articulado por Gilberto Kassab em nível nacional acaba trazendo parte deste agrupamento político para a base do governo federal, alcançando

⁴ O Pacto por Santa Catarina foi inaugurado em 2012 e comporta 263 ações do governo estadual. Deste total, em 2017, em matéria publicada pelo Diário Catarinense, estimou-se que apenas 38% das obras estavam concluídas e outros 43% estavam em andamento (DIÁRIO CATARINENSE, 2013).

condições de participar ativamente do loteamento de cargos em Brasília. Nos municípios, o PSD demonstrou força de atração de vários prefeitos e vereadores naquela disputa. Na fina flor da expressão do pacto nacional em nome da governabilidade e do presidencialismo de coalizão, o PSD virou principal representante do chamado “centrão”, patrocinado por Dilma e Lula às custas de vultuosos recursos públicos (emendas parlamentares e empréstimos subsidiados).

Em 2014, a distância política patrocinada nas bases por algumas lideranças do PSD (Gelson Merísio) e PMDB (Mauro Mariani) não se refletiu na eleição. Novamente o consórcio no poder se manteve unido, reelegendo Colombo e Pinho Moreira para o executivo estadual e consolidando uma base parlamentar de mais de 30 deputados, alinhados em torno do controle total dos cofres do estado. Como exemplo da ofensiva sobre o orçamento público, o governo lançou o chamado FUNDAM – Fundo de Apoio aos Municípios, modalidade de crédito oferecido pelo BRDE com o claro objetivo de comprar uma base parlamentar e conseguir aprovar projetos contra o povo, como a instituição da previdência complementar para servidores do estado. Todos se beneficiaram, inclusive parlamentares de oposição. (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2013).

Aqui está o ponto fundamental para entender o desastre do consórcio de poder no governo catarinense e a sua recente cisão eleitoral. Por um lado, a divisão dos recursos do orçamento do estado produzido pelas elites começou a cobrar seu preço na deterioração financeira das contas públicas, que por fim, entraria em rota insustentável de degeneração a partir do ajuste recessivo promovido por Dilma na virada de 2014 para 2015.

Em 01 de junho de 2016, numa reunião entre 19 Secretários de Estados de Fazenda e representantes do Ministério da Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional, foi firmado o acordo que veio a se configurar no PLP 257/2016. Estabelece-se assim o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. A partir dele, as dívidas ficariam renegociadas em IPCA mais 4% ao ano, aplicados na Tabela Price e sem direito a geração de crédito perante à União, com carência de 24 meses e alongamento do prazo em 20 anos.

A contrapartida imposta pela União a ser adotada pelos Estados a partir da renegociação deve ser: *a)* não conceder vantagem, aumento, reajustes ou adequação de remunerações a qualquer título, ressalvadas as decorrentes de atos derivados de sentença judicial e a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal; *b)* Limitar o

crescimento das despesas correntes primárias à inflação do ano anterior, medida pelo IPCA; *c*) definir mais claramente o que deve ou não compor os gastos com pessoal (inativos, pensionistas, terceirizados, IRRF); *d*) estabelecer regras de controle de gastos para os demais poderes, para evitar que a responsabilidade pelo ajuste fiscal fique centrada no Poder Executivo. Além destes termos, também foram negociadas concessões de descontos de 100% no pagamento das dívidas dos estados com a União para o período compreendido de julho a dezembro de 2016, bem como a concessão de desconto linear regressivo ao longo dos meses de janeiro de 2017 a junho de 2018.

Mitigado apenas de maneira efêmera, o alívio nas contas do estado de Santa Catarina resultou no fato de que os principais partidos e lideranças catarinenses passaram a se agredir publicamente, promovendo uma cisão definitiva após Pinho Moreira (MDB) assumir o governo quando da renúncia de Colombo (PSD) para concorrer ao Senado. Para somar ao quadro de deterioração, denúncias da operação Lava-jato tratando da liberação de propinas de empreiteiras para a compra da companhia de água, esgoto e saneamento básico (Casan), começam a implicar quadros de alta envergadura na política estadual, chegando ao ex-Secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, ao ex-presidente da Assembleia Legislativa, Gelson Merísio, e ao próprio ex-governador Colombo.

A promessa de desenvolvimento regional via SDR lançada no governo da Luiz Henrique da Silveira não foi cumprida e nada foi feito para impedir a centralização de riqueza. O que se observou foi a piora sistemática das condições reais de vida do povo. Assim, quando a crise produzida pela política de austeridade de Dilma fez duplicar a taxa de desemprego no estado e secar o acesso ao crédito fácil para consumo, tudo que era sólido se desmanchou no ar. Santa Catarina depara-se, então, com sua condição de estado federado de uma República periférica, que não estará imune aos problemas dos quais o País padece. Tampouco sustentará realidade muito diversa daquela que já faz parte de outras unidades da federação, tais como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O rentismo e a concentração de riqueza, dois fenômenos tipicamente brasileiros, decretam o fim do ciclo que se iniciou em 2002. De uma governabilidade baseada na ideologia da conciliação e paz social restou apenas o profundo descontentamento e a radicalidade da guerra de classes. Chega ao fim a longa aliança entre todos os partidos da ordem, desde o MDB de Luiz Henrique da Silveira e Mariani, o PSD de Colombo e Merísio e o PT de Lula, Dilma e Décio Lima.

2. O GOVERNO DE CARLOS MOISÉS DA SILVA E A ADMINISTRAÇÃO DA CRISE EM SANTA CATARINA

O primeiro elemento a ser analisado para o caso do mandato de Carlos Moisés da Silva deve ser a situação financeira do Estado. Atualmente, mais de 83% da dívida pública catarinense é com o governo federal - 52,98% com a União, 18,07% com o BNDES e 12,53% com o Banco do Brasil. Além disso, parte considerável da dívida catarinense está agora dolarizada. São aproximadamente 17% desta dívida contabilizada em moeda estrangeira, da qual quase 10 pontos percentuais referem-se à dívida com o *Bank of America Merrill Lynch*, derivada do empréstimo de 2012 que tinha prazo de encerramento em 10 anos, ou seja, terá que ser quitado até o último ano da administração de Moisés.

O acordo estipulado com o governo federal em 2016 expirou e, desde julho de 2018, o estado de Santa Catarina já precisa pagar integralmente suas parcelas de endividamento com a União⁵. Mesmo com a situação financeira preocupante nos últimos anos, somente em 2018, o Estado concedeu mais de R\$ 5 bilhões em isenções fiscais aos capitalistas que operam no território catarinense e a previsão para 2019 é de totalizar R\$ 6 bilhões de renúncia fiscal, ao passo que a receita total do Estado no ano é de aproximadamente R\$ 26 bilhões, ou seja, praticamente um quinto da arrecadação potencial. (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 2019)

Ainda assim, a situação fiscal de Santa Catarina não comporta mais o mesmo grau de tratamento aos distintos capitalistas que operam no estado. Antes mesmo de assumir o governo do Estado, Carlos Moisés da Silva esteve em Brasília articulando reuniões com Jair Bolsonaro e o Ministro da Fazenda, Paulo Guedes. O motivo do encontro envolvia três temas relacionados às contas do estado de Santa Catarina, todas elas com passivos judiciais históricos, os quais o governo simplesmente não possui caixa para arcar e solicita apoio da União: Letras do Tesouro, Debêntures da Invesc e Duplicação da SC-401⁶.

Há pelo menos 4 as iniciativas de Moisés em andamento para lidar com a crise financeira do estado de Santa Catarina: o debate sobre as renúncias fiscais, a reforma administrativa, os empréstimos internacionais e a guerra contra o funcionalismo e o serviço público do Estado.

⁵ Para mais informações, consultar nosso artigo publicado no v.6 n. 12 da Revista do Necat (SILVA, 2017).

⁶ Cf. <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/moacir-pereira/mois-es-vai-a-paulo-guedes>>.

Após tomar posse, o primeiro grande tema envolvendo o governador Moisés repousa sobre a questão das renúncias fiscais de Santa Catarina. Há pelo menos dois anos, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) vem questionando as isenções fiscais concedidas pelo Estado. Diante de uma verificação dos programas de tratamento diferenciado adotados ao longo dos anos 2000, o Tribunal de Contas quer saber qual foi a real contrapartida oferecida pelas empresas que alcançaram as isenções para o estado de Santa Catarina. O questionamento do TCE/SC repousa sobre o fato de não se saber, ao certo, quais foram os critérios adotados para a concessão dos benefícios fiscais, muito menos as reais contrapartidas que se pode apresentar em termos de produção de bens e serviços e/ou geração de empregos no Estado⁷.

Um dado inusitado deste episódio foi o fato de que o próprio Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli, assumiu a postura hostil contra as isenções e também passou a questioná-las. Também secretário durante o breve mandato de Eduardo Pinho Moreira em 2018 – à custa do afastamento de Raimundo Colombo – Paulo Eli chegou a afirmar, em entrevista à imprensa, que a maioria dos empresários catarinenses são sonegadores⁸ de impostos e nada tem do que se queixar da política tributária do estado. Chamado a dar explicações na Assembleia Legislativa sobre as declarações, o secretário manteve-se enfático e sustentou que ele mesmo, detentor das chaves do cofre do Estado, não sabe precisar quais os critérios para a concessão de isenções fiscais no Estado e nem mesmo as suas contrapartidas sociais. Ainda longe de desfecho, o episódio denota que os tempos de vultuosas renúncias ao empresariado catarinense em geral estão com os dias contados. Estamos diante de uma provável repactuação que concentrará ainda mais as renúncias em três setores específicos: agroindústria, indústria têxtil e grandes companhias de comércio exterior.

A segunda medida drástica adotada por Moisés para o enfrentamento da crise repousa sobre uma Reforma Administrativa que corta cargos da carreira de estado. De acordo com o discurso oficial, a estimativa de economia anual seria de R\$ 124,3 milhões. Durante os quatro anos de mandato, acumular-se-ia, portanto, algo próximo a meio bilhão de reais. Na proposta, considera-se a redução de 2.054 cargos comissionados, que renderiam um corte no funcionalismo de R\$ 80,5 milhões, enquanto

⁷ Em entrevista à imprensa, o presidente do TCE/SC Adricélio de Moraes Ferreira Junior disse que, no caso das renúncias fiscais de Santa Catarina, poderia-se não só descobrir uma caixa-preta, mas sim uma caixa de pandora. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/blogs-e-colunas/altair-magagnin/presidente-do-tce-sc-cobra-explicacoes-sobre-beneficios-fiscais-caixa-de-pandora/>>. Acesso em 01 abr 2019

⁸ Cf. <<http://www.am570.com.br/post.php?id=1002>>

mais de R\$ 43,7 milhões viriam da extinção das Agências de Desenvolvimento Regional, das secretarias do Planejamento e do Turismo, Cultura e Esporte, além de alugueis. Trata-se do fim de uma era administrativa que marcou o consórcio no poder e sua repactuação por outros meios, onde ficará ainda mais evidente a já marcante ineficiência do Estado na atenção aos setores mais carentes da sociedade: saúde, educação e segurança, no interior e no litoral.

Uma terceira válvula de escape que Moisés utilizará serão os empréstimos internacionais. Ainda durante a montagem da equipe de governo, o governador eleito encontrou-se com representantes do Banco Mundial para tratar da possibilidade de um empréstimo para o Estado que renderia de R\$ 400 milhões no pagamento de juros. No limite, trata-se de contratar crédito para realizar a rolagem de dívidas anteriores, provavelmente as que já estão contratadas em dólares e prestes a vencer. A imprudência de tal medida – endividar-se em dólar – vem acompanhada das contrapartidas exigidas pelo Banco, tais como: congelamento de salários e suspensão dos concursos nos próximos 3 anos, além da possibilidade de aumentar exponencialmente a alíquota que hoje é paga pelos servidores estaduais (de 14% para até 20%) até a sua aposentadoria.

Para operar a privatização do que restou do patrimônio público e mostrando a continuidade ininterrupta do processo de liquidação do patrimônio nacional desde a década de 90, um conjunto de reformas do Estado vem sendo executado no Brasil. Também em Santa Catarina, sob o pretexto de que é necessário “modernizar” a gestão governamental, torna-se cada vez mais recorrente a utilização de um conjunto de mecanismos jurídicos que atingem especialmente aqueles serviços essenciais à população, como educação, saúde, transporte, dentre outros.

Assentadas num processo contínuo de desnacionalização, as reformas político-jurídicas objetivam instituir um marco legal para as privatizações, autorizando as organizações particulares a atuar junto ao Estado brasileiro, bastando que se organizem na forma de uma Organização Social (OS), Organização Social de Interesse Público (OSCIP) ou Organização da Sociedade Civil (OSC). Entretanto, ao invés de modernizar as atividades do Estado, como se alega, a experiência da prestação de serviços públicos por essas organizações particulares tende a debilitá-los, seja no âmbito federal, estadual ou municipal.

Estes mecanismos também são formas de institucionalizar a corrupção que ocorre a olhos vistos na relação entre o Estado e os grandes empresários. Assim, por exemplo, a Lei 9.637, de 15.5.1998 (que dispõe sobre as Organizações Sociais),

determina que a relação entre Poder Público e Organização Social seja efetuada mediante “contrato de gestão”, enquanto que, por outro lado, convenientemente, a Lei 8.666, de 21.6.1996 (que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Pública), estabelece a dispensabilidade do processo licitatório “para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão” (Lei 8.666, art. 24, inciso XXIV).

Convém mencionar também a introdução em nosso ordenamento jurídico de uma nova modalidade de concessão de serviço ou obra pública, a chamada “Parceria Público-Privada” (PPP), através da Lei 11.079, de 30/12/2004. Essas “parcerias” supostamente deveriam suprir a incapacidade do Estado de realizar novos investimentos públicos, autorizando que o mesmo conceda serviços e obras públicas aos agentes privados.

Se a ideologia dominante tenta construir a ideia de que essas “parcerias” são instrumentos de uma gestão governamental eficaz e destituída de preconceitos em relação à iniciativa privada, nos meandros da Lei 11.079 as coisas se mostram um tanto diferentes. Ela não somente autoriza que na modalidade “patrocinada” o Estado financie até 70% dos investimentos, como, no seu art. 10, parágrafo 3º, permite que a Administração Pública, por meio de autorização legislativa, possa custear a totalidade dos gastos. E mais: para dar garantias ao empresariado, normalmente o Poder Público cria um Fundo Garantidor para a obra ou serviço contratado, endividando-se e sobrecarregando as contas públicas com juros e amortizações da dívida. Por conseguinte, ao invés de fomentar os investimentos públicos por agentes privados a Lei 11.079 representa, antes, mais um instrumento para reorganizar o sistema corrupto em Santa Catarina por outros meios.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a administração da crise por parte de Moisés projetará para o estado de Santa Catarina uma deterioração acelerada das contas públicas (via endividamento em moeda estrangeira, avalizada pelo governo federal), combinada à deterioração dos serviços públicos prestados à população do estado, diante de uma tônica de concentração de renda e riqueza que, aceleradamente, dissolve as características fundamentais da diversificação econômica de Santa Catarina.

Ao contrário da propaganda da ideologia dominante, não vivemos em um estado diferenciado em relação à realidade nacional. Santa Catarina, tal qual o restante do Brasil, vive uma guerra de classes travada pelos poderosos contra o povo mais pobre. Por conta de uma classe dominante mais orientada pela especulação e o rentismo do que pela produção de mercadorias, observa-se uma ofensiva ao orçamento público e amplia a superexploração da força de trabalho.

Principalmente nos últimos anos, a ideologia de um estado com características europeias desabou. Os efeitos acumulados por longos anos de estreita aliança entre os grandes empresários capitalistas e as elites políticas que ocupam Santa Catarina fizeram explodir uma crise econômica, social e política sem precedentes em terras catarinenses. Décadas de desonerações tributárias, de funcionamento ininterrupto do sistema da dívida pública para sustentar grandes empresários na esfera federal e de abertura de Secretarias de Desenvolvimento Regional para manter funcionando as alianças dos poderosos, provocaram profundo abalo no orçamento do estado.

Em seus primeiros dias de governo, Carlos Moisés da Silva precisa lidar com um orçamento absolutamente combalido e pactos políticos frágeis. Suas primeiras ações de governo versaram sobre alguns ajustes administrativos no terreno da segurança pública e a ameaça de não ter dinheiro para pagar o salário do funcionalismo público. Em Santa Catarina nenhum governador até o momento pagou o piso nacional dos professores da rede pública

Enquanto a situação se deteriora aceleradamente, são reforçados os mecanismos das desonerações e da dívida, assim como eleva-se a pressão pela privatização das empresas públicas que restaram, mas relativamente ao Brasil, são muitas, a exemplo da Casan, Celesc, Cidasc, Ciasc e Epagri.

Com orçamento mais enxuto, em função da piora das condições de vida do povo que paga impostos, as elites políticas começam a se debater para saber quem melhor pode atender aos interesses dos grandes empresários. Rompe-se assim a histórica aliança entre os partidos da ordem em Santa Catarina, sacramentada pelo apoio de Ideli Salvatti e Lula à eleição de Luiz Henrique da Silveira em 2002 e pela “gratidão” de Raimundo Colombo aos benefícios concedidos pela presidente Dilma. A administração de Moisés, de fato, será paradigmática na História do Estado, mas provavelmente com um legado negativo para a maioria dos mais de 7 milhões de catarinenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIÁRIO CATARINENSE. **Pacto Por Santa Catarina completa cinco anos com atrasos em obras.** Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/08/pacto-por-santa-catarina-completa-cinco-anos-com-atrasos-em-obras-9868404.html>>. Acesso em: 27 mar 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei n. 16.037 de 24 de junho de 2013.** Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2013/16037_2013_Lei.html>. Acesso em: 28 mar 2019.

JORNAL NOTÍCIAS DO DIA. **Caixa-preta de R\$ 6 bi, com impacto direto na vida do cidadão de SC, começa a ser aberta.** Disponível em: <<https://ndmais.com.br/blogs-e-colunas/altair-magagnin/presidente-do-tce-sc-cobra-explicacoes-sobre-beneficios-fiscais-caixa-de-pandora/>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

PORTAL NSC TOTAL. **Moisés vai a Paulo Guedes.** Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/moacir-pereira/mois-es-vai-a-paulo-guedes>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. **Pacto por Santa Catarina: mapa de obras.** Disponível em: <<http://www.pactoporsc.sc.gov.br/index.php/mapa-de-obras>> Acesso em: 01 abr 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. **Relatório quadrimestral da Dívida de Santa Catarina.** Disponível em: <www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/relatorios/61/Relatorio_Quadrimestral_Terceiro_Quadrimestre_de_2018_Vs.Final_2019.03.21.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

SILVA, Daniel da Cunda Corrêa da. Santa Catarina e o rentismo: a dívida pública do estado na crise econômica brasileira. In: **Revista NECAT**, v. 6, n. 12, p. 34-51, Jul-Dez, 2017.

SILVA F. C. A.; HEIDEN, F. C.; AGUIAR, V. V. P.; PAUL, J. M. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense.** 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: InstitutoCepa/SC, 2003. 99 p.

Recebido em 3 de abril de 2019 e aceito em 4 de março de 2019.